

Informações trimestrais (ITR)

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

30 de setembro de 2017
com relatório sobre a revisão de informações
trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 iii), 16 e 31 ii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, ainda não foram mensurados até a presente data, tendo em vista a dependência de eventos futuros e o próprio resultado da execução dos Planos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participação e Investimentos S.A. e controladas

A continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., denominadas em conjunto “controladas concessionárias”, dependem de aportes de capital próprio e/ou de terceiros para honrar com as dívidas vencidas nas controladas concessionárias até 30 de setembro de 2017 e com as dívidas a vencer nos próximos 12 meses. Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia e suas controladas estão descritas na Nota Explicativa nº 1 e preveem alienação de ativos e implementação dos Planos de Recuperação Extrajudicial, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 12, 16, 31 i) e ii). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, incluindo as Notas Explicativas nºs 3 i) e 31 iii), indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas concessionárias. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas concessionárias e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os Planos de Recuperação Extrajudicial e os da Administração não atinjam os resultados esperados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Relicitação do Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 28 de julho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Como consequência, o investimento na controlada direta em conjunto Aeroportos Brasil S.A., no montante de R\$ 304.483 mil, foi integralmente baixado no resultado do período findo em 30 de junho de 2017, visto que não será mais recuperado através das operações futuras da investida, e dada a incerteza na mensuração do eventual valor indenizável. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. (Concepa) oficializou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a assinatura do 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia BR290 e BR116, cujo prazo original da concessão se encerrou em 3 de julho de 2017. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	19
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	77
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
Total	2.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.585.231	2.072.794
1.01	Ativo Circulante	478.884	797.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42	350
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	42	350
1.01.03	Contas a Receber	15.535	21.704
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.535	21.704
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	141	341
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	15.232	21.246
1.01.03.02.03	Outros créditos	162	117
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.657	2.709
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.657	2.709
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	457.650	773.116
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	457.650	773.116
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	457.650	773.116
1.02	Ativo Não Circulante	1.106.347	1.274.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	159.746	276.088
1.02.01.03	Contas a Receber	0	12.415
1.02.01.03.01	Clientes	0	12.415
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	159.729	263.673
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	159.729	263.673
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17	0
1.02.02	Investimentos	926.499	944.402
1.02.02.01	Participações Societárias	926.499	944.402
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	926.499	944.402
1.02.03	Imobilizado	9.463	9.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.463	9.760
1.02.04	Intangível	10.639	44.665
1.02.04.01	Intangíveis	10.639	44.665

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.585.231	2.072.794
2.01	Passivo Circulante	326.065	235.827
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.955	1.531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.955	1.531
2.01.02	Fornecedores	933	719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	933	719
2.01.03	Obrigações Fiscais	809	1.984
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	809	1.984
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	111.901	51.609
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.190	51.609
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.190	51.609
2.01.04.02	Debêntures	42.711	0
2.01.04.02.01	Debêntures	42.711	0
2.01.05	Outras Obrigações	210.467	179.984
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	155.420	134.585
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	155.420	134.585
2.01.05.02	Outros	55.047	45.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	44.492	40.000
2.01.05.02.05	Outros débitos	10.555	5.399
2.02	Passivo Não Circulante	799.967	861.376
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.420	16.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.420	16.190
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.420	16.190
2.02.02	Outras Obrigações	768.808	676.738
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	768.808	676.738
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	768.808	676.738
2.02.04	Provisões	19.739	168.448
2.02.04.02	Outras Provisões	19.739	168.448
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	19.739	168.448
2.03	Patrimônio Líquido	459.199	975.591
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	2.294	-301.629
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de capital	13.188	-290.735
2.03.03	Reservas de Reavaliação	90.091	105.255
2.03.04	Reservas de Lucros	0	72.440
2.03.04.01	Reserva Legal	0	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	40.216
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-714.071	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	237.906	256.546

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-322.363	-751.464	-13.752	-24.827
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.752	-29.833	-10.584	-32.211
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.517	-11.972	-2.980	-9.324
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.406	-7.256	-2.990	-9.342
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.066	-6.688	-3.143	-9.111
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-111	-348	-127	-407
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-63	-300	-110	-325
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-589	-3.269	-1.234	-3.702
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.357	12.145	7.284	30.597
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.357	12.145	7.284	30.597
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-311.810	-650.954	-2.485	-4.717
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-48	-1.281	-335	-2.567
3.04.05.02	Outras Despesas Não Recorrentes	-311.762	-649.673	-2.150	-2.150
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.158	-82.822	-7.967	-18.496
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-322.363	-751.464	-13.752	-24.827
3.06	Resultado Financeiro	-6.004	-98.125	-29.233	-68.061
3.06.01	Receitas Financeiras	4.384	26.496	10.960	37.637
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.388	-124.621	-40.193	-105.698
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-328.367	-849.589	-42.985	-92.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	50.191	50.191	0	0
3.08.02	Diferido	50.191	50.191	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-278.176	-799.398	-42.985	-92.888
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	23.240	-20.917	-12.422	-31.609
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-254.936	-820.315	-55.407	-124.497
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,41942	-4,67796	-0,31920	-0,71672

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-254.936	-820.315	-55.407	-124.497
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.299	33.804	10.831	32.876
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.085	15.164	4.509	13.651
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	6.214	18.640	6.322	19.225
4.03	Resultado Abrangente do Período	-243.637	-786.511	-44.576	-91.621

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-24.240	-21.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.209	-15.987
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-820.315	-124.497
6.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	348	407
6.01.01.03	Amortização do Intangível	300	325
6.01.01.04	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	34.031	2
6.01.01.05	Amortização do Agio sobre Investimento	3.269	3.702
6.01.01.06	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12.981	69.373
6.01.01.07	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-950	-14.155
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.822	18.496
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-50.191	0
6.01.01.11	Amortização de custos na emissão de debenturês	567	3.154
6.01.01.12	Perda na baixa de investimento	594.616	0
6.01.01.13	Ganho na alienação de investimento	0	-4.403
6.01.01.14	Resultado de Operações Descontinuadas	20.917	31.609
6.01.01.15	Valor Justo Instrumento Financeiros	92.070	0
6.01.01.16	Perda baixa de recebíveis	13.326	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.031	-869
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-2.948	4.725
6.01.02.04	Fornecedores	214	-1.971
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	424	482
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-1.175	-572
6.01.02.07	Adiantamento de Clientes e outras contas a pagar	-7.974	-4.083
6.01.02.08	Contas a receber empresas ligadas, operações não comerciais	1.081	0
6.01.02.09	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	2.199	0
6.01.02.10	Ativos de operações descontinuadas	148	0
6.01.02.13	Outros Valores a Receber	0	550
6.01.03	Outros	0	-4.689
6.01.03.01	Outras variações de Ativos e Passivos	0	-4.689
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.492	24.970
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-33.558	-125.018
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	72.675	95.198
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-55	-68
6.02.04	Adições ao Intangível	-3.570	-7.277
6.02.07	Recebimento da Venda de Investimento	0	48.335
6.02.08	Redução de capital em coligadas	0	13.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.560	-100.119
6.03.02	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-105.584	-108.471
6.03.03	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	102.814	117.701
6.03.04	Juros Pagos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-26	-3.643

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.03.05	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	713	626
6.03.06	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	0	80.280
6.03.07	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-5.818	-154.769
6.03.08	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-3.659	-25.557
6.03.10	Compra de ações em tesouraria	0	-6.286
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-308	-96.694
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	350	109.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42	12.794

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	303.923	0	0	0	303.923
5.04.09	Realização de ágio em transações de capital	0	303.923	0	0	0	303.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-777.853	-33.804	-811.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-811.657	0	-811.657
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33.804	-33.804	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	15.164	-15.164	0
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	18.640	-18.640	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	2.294	0	-705.413	327.997	467.857

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-1.212	-4.400	0	0	-5.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-299.296	387.506	0	405.343	1.336.532
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.376	-40.000	0	0	-44.376
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.286	0	0	0	-6.286
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.04.08	Ágio em transações de capital	0	1.910	0	0	0	1.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-91.621	-32.876	-124.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-124.497	0	-124.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	32.876	-32.876	0
5.05.02.06	Realização de reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	13.651	-13.651	0
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	19.225	-19.225	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-91.621	91.621	0	0
5.06.07	Absorção de prejuízos	0	0	-91.621	91.621	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-303.672	255.885	0	372.467	1.167.659

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	45.949	63.363
7.01.02	Outras Receitas	45.949	63.363
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	33.804	32.876
7.01.02.02	Outras Receitas	12.145	30.487
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-661.067	-13.444
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.113	-10.987
7.02.04	Outros	-650.954	-2.457
7.02.04.01	Perda na baixa de investimentos e projetos descontinuados	-649.673	0
7.02.04.02	Outros	-1.281	-2.457
7.03	Valor Adicionado Bruto	-615.118	49.919
7.04	Retenções	-3.917	-4.434
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.917	-4.434
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-619.035	45.485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-6.135	19.141
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-82.822	-18.496
7.06.02	Receitas Financeiras	26.496	37.637
7.06.03	Outros	50.191	0
7.06.03.01	Imposto de renda e Contribuição social difeidos	50.191	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-625.170	64.626
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-625.170	64.626
7.08.01	Pessoal	12.179	15.521
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.520	13.405
7.08.01.02	Benefícios	1.314	1.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	345	598
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.112	2.996
7.08.02.01	Federais	3.036	2.932
7.08.02.02	Estaduais	7	6
7.08.02.03	Municipais	69	58
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	125.133	106.121
7.08.03.01	Juros	124.621	105.762
7.08.03.02	Aluguéis	364	359
7.08.03.03	Outras	148	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-786.511	-91.621
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-786.511	-91.621
7.08.05	Outros	20.917	31.609
7.08.05.01	Lucros (prejuízo) de operações descontinuadas	20.917	31.609

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.534.710	4.974.355
1.01	Ativo Circulante	706.028	1.067.203
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.388	69.781
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	69.553	69.781
1.01.01.02	Caixa Restrito	3.835	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.146	28.163
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.146	28.163
1.01.03	Contas a Receber	96.979	139.524
1.01.03.01	Clientes	53.969	71.372
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.010	68.152
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	22.846	30.140
1.01.03.02.02	Contas a receber - contratos de concessão	20.164	38.012
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.195	21.797
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.195	21.797
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	475.320	807.938
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	457.650	794.238
1.01.08.03	Outros	17.670	13.700
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	7.833	6.999
1.01.08.03.02	Outros créditos	9.837	6.701
1.02	Ativo Não Circulante	3.828.682	3.907.152
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.332	202.247
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	77	6.712
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	77	6.712
1.02.01.03	Contas a Receber	0	12.461
1.02.01.03.01	Clientes	0	12.461
1.02.01.06	Tributos Diferidos	156.485	130.494
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	156.485	130.494
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.058	23.897
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	26.058	23.897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.712	28.683
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.908	5.655
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	1.488	4.516
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.316	18.512
1.02.03	Imobilizado	59.653	73.402
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59.653	73.402
1.02.04	Intangível	3.576.697	3.631.503
1.02.04.01	Intangíveis	3.576.697	3.631.503

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.534.710	4.974.355
2.01	Passivo Circulante	2.237.870	2.207.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.285	30.783
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.285	30.783
2.01.02	Fornecedores	109.257	106.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	109.257	106.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.257	106.867
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.669.016	1.644.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.410.620	1.421.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.410.620	1.421.838
2.01.04.02	Debêntures	258.396	222.634
2.01.04.02.01	Debêntures	258.396	222.634
2.01.05	Outras Obrigações	336.263	295.520
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	64.145	18.007
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	64.145	18.007
2.01.05.02	Outros	272.118	277.513
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.036	41.543
2.01.05.02.06	Outros débitos	34.298	18.967
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	185.308	216.993
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.476	10
2.01.06	Provisões	33.792	23.523
2.01.06.02	Outras Provisões	33.792	23.523
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	33.792	23.523
2.02	Passivo Não Circulante	1.715.317	1.655.671
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.251.806	1.172.169
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	286.067	225.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	286.067	225.145
2.02.01.02	Debêntures	965.739	947.024
2.02.01.02.01	Debêntures	965.739	947.024
2.02.02	Outras Obrigações	36.865	63.850
2.02.02.02	Outros	36.865	63.850
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6.108	26.924
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	1.986	3.005
2.02.02.02.06	Outros débitos	10.038	10.269
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.733	23.652
2.02.03	Tributos Diferidos	231.572	259.758
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	231.572	259.758
2.02.04	Provisões	195.074	159.894
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.821	4.907
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	6.821	4.907
2.02.04.02	Outras Provisões	188.253	154.987
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	188.205	154.939
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	581.523	1.111.301
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	2.294	-301.629

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de Capital	13.188	-290.735
2.03.03	Reservas de Reavaliação	90.091	105.255
2.03.04	Reservas de Lucros	0	72.440
2.03.04.01	Reserva Legal	0	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	40.216
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-714.071	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	237.906	256.546
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	122.324	135.710

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	373.412	1.130.123	349.593	1.146.837
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-219.514	-792.589	-224.528	-762.669
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-48.881	-166.798	-43.855	-143.983
3.02.02	Custo de Manutenção - IAS 37	-10.905	-32.545	-10.267	-35.988
3.02.03	Custo de Construção	-72.193	-220.333	-54.079	-254.272
3.02.07	Custo com Pessoal	-23.697	-73.767	-22.591	-71.167
3.02.08	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-97	-281	-206	-256
3.02.10	Amortização do Intangível (Custo)	-43.866	-228.535	-66.815	-188.996
3.02.11	Amortização do Intangível (Mais Valia)	-8.274	-35.663	-11.650	-34.933
3.02.12	Obrigações da Concessão	-11.601	-34.667	-15.065	-33.074
3.03	Resultado Bruto	153.898	337.534	125.065	384.168
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-393.627	-816.626	-46.469	-120.900
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.021	-137.783	-45.842	-133.584
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-28.818	-68.100	-20.263	-57.855
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.815	-18.159	-5.715	-19.510
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-12.770	-38.184	-15.465	-42.590
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-859	-2.717	-907	-3.239
3.04.02.06	Amortização do Intangível	-1.945	-6.830	-2.091	-6.189
3.04.02.07	Amortizacao de Ágio sobre Investimentos	-1.814	-3.793	-1.401	-4.201
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	877	3.025	4.661	20.872
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	877	3.025	4.661	20.872
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-342.483	-681.868	-5.282	-7.921
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	192	-1.282	-527	-3.262
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-342.675	-680.586	-4.755	-4.659
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-6	-267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-239.729	-479.092	78.596	263.268
3.06	Resultado Financeiro	-95.187	-430.579	-130.308	-387.425
3.06.01	Receitas Financeiras	3.122	16.704	8.412	36.695

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.122	16.704	8.412	36.695
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.309	-447.283	-138.720	-424.120
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-98.309	-447.283	-138.720	-424.120
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-334.916	-909.671	-51.712	-124.157
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	53.040	96.887	4.249	20.481
3.08.01	Corrente	-13.303	-26.445	-12.058	-39.999
3.08.02	Diferido	66.343	123.332	16.307	60.480
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-281.876	-812.784	-47.463	-103.676
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	23.240	-20.917	-12.422	-31.609
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-258.636	-833.701	-59.885	-135.285
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-254.936	-820.315	-55.407	-124.497
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.700	-13.386	-4.478	-10.788
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-258.636	-833.701	-59.885	-135.285
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.299	33.804	10.831	32.876
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.085	15.164	4.509	13.651
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	6.214	18.640	6.322	19.225
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-247.337	-799.897	-49.054	-102.409
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-243.637	-786.511	-44.576	-91.621
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.700	-13.386	-4.478	-10.788

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	490.633	653.073
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	430.888	391.592
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-820.315	-124.497
6.01.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	17.283	0
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-123.332	-60.480
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	2.998	3.495
6.01.01.05	Amortização do Intangível	271.028	230.118
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	35.617	329
6.01.01.07	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	309.996	333.786
6.01.01.08	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-211	-1.931
6.01.01.09	Provisão para Contingências, líquidas de baixas e reversões	1.914	-796
6.01.01.10	Margem de Construção	-3.554	-25.420
6.01.01.11	Resultado de Operações Descontinuadas	20.917	31.609
6.01.01.12	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	479	-4.312
6.01.01.13	Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	98.900	11.677
6.01.01.14	Perda na baixa de recebíveis	31.174	0
6.01.01.16	Amortização de ágio e deságio sobre investimentos	3.793	4.201
6.01.01.17	Participação de acionistas não controladores	-13.386	-10.788
6.01.01.18	Perda na Baixa de Investimentos	594.616	0
6.01.01.19	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	267
6.01.01.20	Amortização de Custos na Emissão de Debêntures	2.971	4.334
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	59.745	261.481
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	166	60.923
6.01.02.02	Contas a receber de empresas ligadas, operações comerciais	0	17.359
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.354	19.251
6.01.02.05	Fornecedores	8.721	-75.865
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	45.177	3.892
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	4.979	10.426
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-88.785	-17.232
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26.445	39.999
6.01.02.11	Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	58.460	49.200
6.01.02.12	Indenizações a receber - aditivos	0	241.686
6.01.02.13	Outras variações de ativos e passivos	33.438	7.256
6.01.02.17	Ativos de operações descontinuadas	0	-253.153
6.01.02.18	Outros valores a receber	-27.502	-3.247
6.01.02.19	Passivos de operações descontinuadas	0	160.986
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-163.788	-277.189
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	47.863	50.962
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-834	-2.345
6.02.04	Adições ao Intangível	-204.703	-276.164
6.02.06	Investimentos em coligadas e controladas	-6.114	-63.442
6.02.07	Redução de capital em coligadas	0	13.800

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-327.073	-471.854
6.03.03	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	20.328	289.087
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-207.346	-604.208
6.03.05	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-139.066	-174.733
6.03.06	Pagamentos para empresas ligadas, Operações não comerciais	-989	-1.877
6.03.09	Integralização de capital em dinheiro	0	26.163
6.03.10	Compra de ações em tesouraria	0	-6.286
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-228	-95.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.781	156.406
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.553	60.436

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	303.923	0	0	0	303.923	0	303.923
5.04.08	Realização da reseva de capital	0	303.923	0	0	0	303.923	0	303.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-786.511	-33.804	-820.315	-13.386	-833.701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-820.315	0	-820.315	-13.386	-833.701
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33.804	-33.804	0	0	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	15.164	-15.164	0	0	0
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	18.640	-18.640	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.06.05	Absorção de prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	2.294	0	-714.071	327.997	459.199	122.324	581.523

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144	124.991	1.467.135
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-1.212	-4.400	0	0	-5.612	0	-5.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-299.296	387.506	0	405.343	1.336.532	124.991	1.461.523
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.376	-40.000	0	0	-44.376	0	-44.376
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.286	0	0	0	-6.286	0	-6.286
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000	0	-40.000
5.04.08	Ágio em transações de capital	0	1.910	0	0	0	1.910	0	1.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-91.621	-32.876	-124.497	-10.788	-135.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-124.497	0	-124.497	-10.788	-135.285
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	32.876	-32.876	0	0	0
5.05.02.06	Realização de reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	13.651	-13.651	0	0	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	19.225	-19.225	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-91.621	91.621	0	0	27.375	27.375
5.06.04	Adições de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	27.375	27.375
5.06.07	Absorção de prejuízos	0	0	-91.621	91.621	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-303.672	255.885	0	372.467	1.167.659	141.578	1.309.237

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	1.261.311	1.292.921
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	974.521	939.494
7.01.02	Outras Receitas	286.790	353.427
7.01.02.01	Receita de Construção	223.887	279.692
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	33.804	32.876
7.01.02.03	Outras Receitas	29.099	40.859
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.152.031	-494.741
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-169.515	-168.905
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.229	-69.105
7.02.04	Outros	-871.287	-256.731
7.02.04.02	Custos de Construção	-220.333	-254.272
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-650.954	-2.459
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.280	798.180
7.04	Retenções	-277.819	-237.814
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-277.819	-237.814
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-168.539	560.366
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.955	41.697
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-267
7.06.02	Receitas Financeiras	16.764	41.964
7.06.03	Outros	50.191	0
7.06.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	50.191	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-101.584	602.063
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-101.584	602.063
7.08.01	Pessoal	112.135	114.747
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.680	81.249
7.08.01.02	Benefícios	23.390	24.751
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.101	5.085
7.08.01.04	Outros	2.964	3.662
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	74.489	99.150
7.08.02.01	Federais	25.959	49.492
7.08.02.02	Estaduais	416	263
7.08.02.03	Municipais	48.114	49.395
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	490.772	458.966
7.08.03.01	Juros	438.280	397.551
7.08.03.02	Aluguéis	11.245	10.007
7.08.03.03	Outras	41.247	51.408
7.08.03.03.01	Remuneração do pode concedente	34.667	33.074
7.08.03.03.02	Outras	6.580	18.334
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-799.897	-102.409
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-786.511	-91.621
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-13.386	-10.788
7.08.05	Outros	20.917	31.609
7.08.05.01	Lucro de Operações Descontinuadas	20.917	31.609



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.09.2017

A Companhia divulga suas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

Além dos investimentos em que a Triunfo detém o controle, a Companhia possui participação de 48,12% na Aeroportos Brasil (24,54%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos), 50,1% na UHE Três Irmãos e 15,79% na Vetria, investimentos considerados como controladas em conjunto (joint ventures).

Com a adoção do CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e do CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto, desde janeiro de 2013, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas apenas os investimentos em controladas, e os investimentos em controladas em conjunto (joint ventures) são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

CONSOLIDADO

A Receita Bruta consolidada atingiu R\$1.214,8 milhões, variação de -1,3% comparado com o resultado do 9M16, impactada pela menor receita de construção (sem efeito caixa), principalmente em função da redução do ritmo de obras na Concebra.

Vale destacar que a receita bruta de arrecadação de pedágio apresentou crescimento (+3,7%), devido aos reajustes tarifários das concessionárias de rodovias entre os períodos. A Receita Líquida Ajustada consolidada atingiu R\$906,2 milhões, variação de +4,5% comparado ao resultado do 9M16.

Receita Operacional (R\$ mil)	9M17	9M16	Δ
Arrecadação de Pedágio	974.521	939.494	3,7%
Construção de Ativos das Concessões	223.887	279.692	-20,0%
Geração e Venda de Energia	-	-	n/c
Outras Receitas	16.432	11.417	43,9%
Receita Operacional Bruta (ROB)	1.214.840	1.230.603	-1,3%
Deduções da Receita Bruta	(84.717)	(83.766)	1,1%
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.130.123	1.146.837	-1,5%
Construção de Ativos das Concessões	223.887	279.692	-20,0%
Receita Operacional Líquida Ajustada	906.236	867.145	4,5%

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, atingiram R\$275,2 milhões no 9M17 (+10,9%). As despesas operacionais consolidadas (excluindo depreciação e amortização e resultado de equivalência patrimonial) registraram R\$122,7 milhões. A variação dos custos + despesas deve-se, principalmente ao (i) efeito do registro de baixa do investimento Viracopos, gerando uma perda de R\$308,0 milhões nos 9M17; (ii) efeito da baixa do investimentos Vessel, Maestra e NTL, impactando negativamente em R\$ 292,0 milhões no 3T17; (iii) aumento nos custos com recuperação e manutenção da Concebra; e (iii) preparação para desmobilização da Concebra (que estava prevista para julho de 2017).



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Com relação ao efeito do registro de baixa do investimento Viracopos, nos termos da Lei 13.448/17, foi solicitada a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação. Os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento. O valor da indenização está sujeito a processo arbitral. O pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Custos Operacionais (R\$ mil)	9M17	9M16	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(166.798)	(143.983)	15,8%
Comercialização de Energia	-	-	n/c
Custo com Pessoal	(73.767)	(71.167)	3,7%
Obrigações da Concessão	(34.667)	(33.074)	4,8%
Custo Operacional	(275.232)	(248.224)	10,9%
Depreciação e Amortização	(264.479)	(224.185)	18,0%
Custo de Construção	(220.333)	(254.272)	-13,3%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(32.545)	(35.988)	-9,6%
Custo Operacional Total	(792.589)	(762.669)	3,9%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	9M17	9M16	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(68.100)	(57.855)	17,7%
Remuneração dos Administradores	(18.159)	(19.510)	-6,9%
Despesas com Pessoal	(38.184)	(42.590)	-10,3%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	1.743	17.610	n/c
Despesa Operacional	(122.700)	(102.345)	19,9%
Depreciação e Amortização	(13.340)	(13.629)	-2,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	(267)	n/c
Despesas não Recorrentes	(680.586)	(4.659)	n/c
Despesa Operacional Total	(816.626)	(120.900)	575,5%
Custo com Efeito Caixa	(275.232)	(248.224)	10,9%
Despesa com Efeito Caixa	(122.700)	(102.612)	19,6%
Custo + Despesa (Caixa)	(397.932)	(350.836)	13,4%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O Prejuízo Líquido consolidado foi de R\$820,3 milhões nos nove meses. O resultado se deu, principalmente, em função do registro de perda do investimento em Viracopos por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A. no montante de R\$308,0 milhões, bem como pelo impacto de R\$ 292,0 milhões referente à baixa dos investimentos nas empresas Vessel, Maestra e NTL.

Adicionalmente, o resultado foi impactado pelo resultado financeiro que totalizou R\$430,6 milhões no 9M17 (+11,1%) devido principalmente ao impacto da Primeira Emissão de Debêntures da controlada Vênus Participações e Investimentos S.A., operação que é reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	9M17	9M16	Δ
Lucro Operacional	(479.092)	263.268	-282,0%
Resultado Financeiro	(430.579)	(387.425)	11,1%
Receitas Financeiras	16.704	36.695	-54,5%
Despesas Financeiras	(447.283)	(424.120)	5,5%
Variação Cambial	-	-	n/c
Resultado Antes dos Impostos	(909.671)	(124.157)	n/c
Impostos Sobre Lucro	96.887	20.481	373,1%
Impostos Correntes	(26.445)	(39.999)	-33,9%
Impostos Diferidos	123.332	60.480	103,9%
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	(786.012)	(82.100)	857,4%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	(20.917)	(31.609)	-33,8%
Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Exercício	(806.929)	(113.709)	609,6%
Participação de Acionistas Não Controladores	13.386	10.788	24,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(820.315)	(124.497)	558,9%

Base de Dividendos (R\$ mil)	9M17	9M16	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(820.315)	(124.497)	n/c
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	33.804	32.876	2,8%
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c
Lucro base de dividendos	(786.511)	(91.621)	n/c

O lucro base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido (prejuízo) do período pela realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial, bem como pela constituição da reserva legal quando aplicável.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

Resumo dos eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2017:

i) Alienação Portonave – Triunfo

Em 19 de junho de 2017 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações tendo por objeto a alienação, direta e indireta, de 100% da sua participação na controlada e conjunto Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) para a Terminal Investment Limited S.A. (“TIL”).

O preço de alienação (*equity value*) da Portonave é de R\$ 1,3 bilhão (um bilhão e trezentos milhões de reais), que estará sujeito aos ajustes usuais nesse tipo de operação.

A alienação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 15 de agosto de 2017, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em 11 de setembro de 2017.

Em 26 de outubro de 2017 todas as condições precedentes estavam cumpridas e a alienação das ações da Portonave foi concluída. Vide nota explicativa nº 31.

ii) Extensão de contrato de concessão – Concepa

A controlada Concepa assinou, em conjunto com a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 14º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme publicação no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2017, seção 3, página 126.

O Termo Aditivo aprova a extensão de 12 meses do prazo de concessão dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS) administrados pela Concepa, com redução da tarifa de pedágio de R\$ 13,80 para R\$ 7,10, nas praças de Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul, e de R\$ 6,90 para R\$ 3,50 na praça de Gravataí, decorrente da redução do escopo de atuação da Concessionária.

Por este Termo Aditivo serão prestados os serviços de socorro médico e mecânico, monitoramento por câmeras, operação do vão móvel da Ponte do Guaíba, conservação da rodovia, operação das balanças de pesagem, serviços de atendimento ao cliente e disponibilização de informações por

Notas Explicativas

meio dos canais da concessionária. Não estão previstas obras de melhoria de infraestrutura. O Termo Aditivo entrou em vigência à zero hora de 4 de julho de 2017.

iii) Planos de Recuperação Extrajudicial – Triunfo e controladas

Em 22 de julho de 2017, a Companhia e suas controladas Concer, Maestra, NTL, Dable e Vessel (em conjunto denominadas recuperandas) ajuizaram na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de homologação judicial de planos de recuperação extrajudicial nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, referendado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2017.

O pedido de homologação judicial dos planos de recuperação extrajudicial ocorre principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas de concessão rodoviária Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de parte das empresas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer, na Concebra e na Vessel.

Os planos de recuperação extrajudicial abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

O pedido de homologação foi deferido em 25 de julho de 2017 pela 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais, da Comarca de São Paulo. O deferimento consiste em: (i) processamento da recuperação extrajudicial; (ii) suspensão das ações, execuções e pedidos de falência realizados pelos credores abrangidos pelos planos de recuperação extrajudicial pelo prazo de 180 dias; (iii) publicação do edital de convocação dos credores, no órgão oficial e em jornal de grande circulação nacional ou das localidades da sede e de eventuais filiais das recuperandas, convocando os credores e eventuais interessados, para apresentação de impugnações ao plano de recuperação extrajudicial, no prazo de 30 dias, contados da publicação, juntando a prova do seu crédito; e (iv) envio de carta, pelas recuperandas, a todos os credores abrangidos pelo plano, informando a distribuição do pedido, as condições do plano e o prazo para impugnação. Os itens (iii) e (iv), que dependiam de providências das Companhias, foram devidamente cumpridas.

Os credores não aderentes apresentaram 7 pedidos de impugnação aos planos de recuperação extrajudicial até o dia 22 de setembro de 2017. A Companhia contrapôs os argumentos das impugnações no dia 09 de outubro de 2017.

No dia 1º de novembro de 2017 foi proferida decisão em que foram indeferidas todas as impugnações apresentadas pelos credores. Além disso, foi solicitado que a Companhia apresente uma relação completa dos credores, que terão novo prazo de impugnação (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

iv) Outorga fixa - Viracopos

Em 24 de julho de 2017 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. recebeu da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC a notificação de não pagamento da 5ª parcela da Contribuição Fixa do contrato de concessão de Viracopos (Outorga) de 2017, no montante de R\$169,2 milhões.

Adicionalmente, em relação à Outorga Fixa de 2016, a concessionária recebeu, conforme apólice de seguro garantia entre a seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. ("Swiss Re") e Viracopos, a notificação de abertura de sinistro em face do inadimplemento, no montante de R\$127,4 milhões, acordado para pagamento com incidência de juros e multa moratória em R\$173,8 milhões até junho de 2017.

Em 30 de agosto de 2017, a seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. pagou à ANAC R\$149,8 milhões referente à parcela de outorga fixa de 2016.

Em 14 de setembro de 2017 a Swiss Re ajuizou ação monitória em face de Viracopos, da Companhia e ainda Aeroportos Brasil S.A. e UTC Participações S.A. visando a cobrança do pagamento realizado à ANAC.

Importante observar que desde dezembro de 2016, a concessionária mantém depositado na conta Outorga o montante de R\$147 milhões direcionados para seu pagamento. A transferência dos recursos para a conta do Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) depende de uma liberação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na qualidade de credor de Viracopos. As negociações referentes ao pagamento da Outorga com a ANAC, assim como as negociações para liberação dos recursos com o BNDES, estão em curso. A controlada em conjunto ainda segue em negociação na tentativa de evitar a execução de garantias.

v) Procedimento de relicitação – Viracopos

Os acionistas da Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para, por meio de acordo entre as partes, solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17.

O início do processo ocorreu em 29 de julho de 2017, quando a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação. Até a data de divulgação destas informações trimestrais não tivemos novos eventos decorrentes da decisão tomada.

vi) Vencimento antecipado Debêntures – Viracopos

A controlada em conjunto Viracopos foi notificada em 26 de julho de 2017 pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, sobre o vencimento antecipado automático

Notas Explicativas

da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Quatro Séries de Viracopos.

O vencimento ocorreu devido aos termos do inciso (iii) da Cláusula 5.1.1 e da Cláusula 5.1.3 da Escritura de Emissão, que acarreta no vencimento antecipado automático das debêntures caso ocorra um pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela concessionária ou qualquer das intervenientes anuentes. A UTC, acionista indireta da Aeroportos Brasil Viracopos e interveniente anuente da emissão das debêntures, entrou com pedido de recuperação judicial em 17 de julho de 2017. A Triunfo, também acionista da Concessionária e interveniente anuente das debêntures, entrou com pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 22 de julho de 2017, conforme fato relevante publicado nesta mesma data pela Companhia.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia recebeu uma notificação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, debenturista da emissão, informando que o BNDES tomou conhecimento da declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures e que mantém contato constante com a Concessionária, com o agente fiduciário e órgãos reguladores para avaliar a melhor solução, proteger seus interesses e viabilizar a continuidade das operações do aeroporto. O BNDES informou ainda que não há decisão definitiva de sua Diretoria sobre o vencimento antecipado da emissão.

vii) Esclarecimentos sobre mandado de busca e apreensão – Concepa, Maestra e Triunfo

Em 30 de agosto de 2017 a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede de suas controladas Concepa e Maestra. A ordem judicial teve origem na 11ª Vara da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre. A investigação é realizada em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), e apura eventuais fraudes e desvio de recursos públicos na execução da obra da 4ª faixa da BR-290/RS (Freeway), no trecho de Porto Alegre e Gravataí, conforme compromisso firmado junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT no 13º Aditivo ao Contrato de Concessão publicado no Diário Oficial da União seção 3 página 182 do dia 16 de abril de 2014.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas às autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, até a data de divulgação destas informações trimestrais, não têm conhecimento de nenhuma ação penal ou denúncia crime em que figurem como ré em razão do evento citado.

viii) Programa de Recompra de Ações – Triunfo

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do Programa de Recompra de Ações para fins de permanência em tesouraria, alienação, ou recolocação no mercado com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado. O Programa de

Notas Explicativas

Recompra tem prazo de 18 meses, contados a partir de 18 de setembro de 2017.

Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa de Recompra, para realizar a aquisição das ações.

Plano de continuidade operacional:

Em decorrência da descontinuidade de determinados segmentos da Companhia, deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Companhia desenvolveu um plano de reestruturação financeira, sendo composto por três frentes:

- **Alienação de ativos:**
A Companhia deu início à implementação do plano de alienação de ativos anunciando ao mercado a possibilidade de alienação dos ativos, Tijoá e CSE. Vide nota explicativa nº 12. A Aeroportos Brasil, anteriormente destinada à venda, foi baixada para perda, conforme nota explicativa nº 3 v). O ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017, vide nota explicativa nº 31.
- **Descontinuidade de ativos:**
A Companhia decidiu encerrar as atividades e extinguir as empresas Maestra, NTL e Vessel (vide nota explicativa nº 12), bem como descontinuou projetos que estavam em fase de desenvolvimento (vide nota explicativa nº 14).
- **Plano de recuperação extrajudicial:**
O plano desenvolvido é um instrumento legal, previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas. Vide notas explicativas nº 16 e 1 iii).

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que o plano de alienação de ativos, junto ao plano de recuperação extrajudicial, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações trimestrais em 8 de novembro de 2017.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas

Companhias	30/09/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	64,98	-	64,98	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (ii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (iii)	-	100,0	-	100,0
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	100,0	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (ii)	100,0	-	100,0	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra") (*)	-	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL") (*)	-	-	100,0	-
Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel") (i) (*)	-	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (i)	100,0	-	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	100,0	-	50,0	-

(i) A Vessel detinha 100,0% de participação na LLP. Com a extinção da controlada Vessel, a Companhia passou a deter participação direta na investida.

(ii) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.

(iii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.

(*) Controladas extintas em 22 de agosto de 2017, conforme nota explicativa nº 12.

Controladas em conjunto

Companhias	30/09/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	50,00	-	33,33	16,77
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (ii)	-	15,79	-	15,79
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	-	15,79	-	15,79
Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (v)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (iii)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (iii)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iv)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iv)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (vi)	52,50	-	52,50	-

(i) A Portonave detém 100,0% de participação na Iceport e Teconnave.

(ii) A Vetria detém 100,0% de participação na TPB.

(iii) A Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.

(iv) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.

(v) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos.

(vi) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não há impactos relevantes para a Companhia e investidas.

2.6. Reapresentação do resultado comparativo de 30 de setembro de 2016

O resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto que estão destinadas à venda passaram a ser demonstrados como Lucro (Prejuízo) de operações descontinuadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Adicionalmente, as controladas Maestra, NTL e Vessel tiveram suas atividades descontinuadas em 30 de junho de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Desta forma, os resultados dessas empresas deixaram de ser consolidados e também passaram a ser tratados como resultados de operações descontinuadas.

Para fins de comparabilidade, e conforme determina o CPC 31 (IFRS 5), a Companhia está reapresentando os saldos do resultado do período de 30 de setembro de 2016.

Notas Explicativas**Demonstração do resultado do exercício relativa ao período findo em 30 de setembro de 2016 - reapresentada:**

	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.142.697	4.140	1.146.837
Custos dos serviços prestados			
Operação, manutenção e conservação de rodovias	(120.858)	(23.125)	(143.983)
Custo de manutenção - IAS 37	(35.988)	-	(35.988)
Custo de construção	(250.132)	(4.140)	(254.272)
Custo com pessoal	(76.682)	5.515	(71.167)
Depreciação do imobilizado (custo)	(256)	-	(256)
Amortização do intangível (custo)	(188.918)	(78)	(188.996)
Amortização do intangível (mais valia)	(34.933)	-	(34.933)
Remuneração do poder concedente	(33.074)	-	(33.074)
	(740.841)	(21.828)	(762.669)
Lucro bruto	401.856	(17.688)	384.168
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(63.062)	5.207	(57.855)
Remuneração dos administradores	(20.398)	888	(19.510)
Despesas com pessoal	(43.699)	1.109	(42.590)
Depreciação do imobilizado (custo)	(3.933)	694	(3.239)
Amortização do intangível	(6.197)	8	(6.189)
Amortização de ágio sobre investimentos	(4.201)	-	(4.201)
Resultado de equivalência patrimonial	(9.589)	9.322	(267)
Outras receitas operacionais	20.048	824	20.872
Outras despesas operacionais	(3.262)	-	(3.262)
Outras despesas não recorrentes	(4.658)	(1)	(4.659)
	(138.951)	18.051	(120.900)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	262.905	363	263.268
Receitas financeiras	24.723	11.972	36.695
Despesas financeiras	(444.366)	20.246	(424.120)
Resultado financeiro	(419.643)	32.218	(387.425)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(156.738)	32.581	(124.157)
Correntes	(39.999)	-	(39.999)
Diferidos	61.680	(1.200)	60.480
Imposto de renda e contribuição social	21.681	(1.200)	20.481
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(135.057)	31.381	(103.676)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	(228)	(31.381)	(31.609)
Prejuízo líquido do período	(135.285)	-	(135.285)
Atribuição aos:			
Acionistas controladores	(124.497)	-	(124.497)
Acionistas não controladores	(10.788)	-	(10.788)

Notas Explicativas

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) Concessionárias de rodovias

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pelo Poder Concedente ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do Poder Concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão.

A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo Poder Concedente, é de R\$ 522.416, classificados no ativo intangível.

Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, foi firmado entre a Concepa e a ANTT o 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que prorroga por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia. Durante este período a tarifa de pedágio foi readequada e não está prevista a realização de obras de expansão e investimentos.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo de concessão previsto é de 24 anos.

Notas Explicativas

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra") explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo de concessão previsto é de 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo de concessão previsto é de 25 anos.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Guaíba e Rio Tibagi prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias às concessionárias de rodovias. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se disponível para venda, vide nota explicativa nº 12.

iv) Administração de portos

Portonave

A Portonave possui o direito de exploração do terminal de uso privado, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, por 25 anos, contados a partir de 26 de janeiro de 2015, renováveis sucessivamente por mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e canal de acesso em adequação para profundidade de menos 14 metros e uma retro área com capacidade estática para 30 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Notas Explicativas

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil posições pallets de carga congelada.

A Companhia celebrou contrato de compra e venda das ações da Portonave em junho de 2017, conforme nota explicativa nº 1 i). A alienação foi concluída em 26 de outubro de 2017, vide nota explicativa nº 31.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos"), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos contraiu a obrigação de pagamento à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 30 de setembro de 2017 é de R\$2.791.086, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo a pagar referente à outorga fixa vencida em 2016, líquida de abatimentos referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, é de R\$143.433. Parte dos recursos estão disponíveis em conta reserva, porém para liquidação da outorga com os recursos é necessária a obtenção de anuência dos bancos credores.

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de procedimento de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº

Notas Explicativas

13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos advém do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela Concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto a redução de tarifas sem a devida compensação econômica financeira pelo Poder Concedente à Concessionária concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

A Companhia refletiu em suas informações contábeis de 30 de junho de 2017 o efeito do reconhecimento de perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A., atendendo à norma de Evento Subsequente (CPC 24, item 8). A perda registrada em 30 de junho foi de R\$304.483 (vide nota explicativa nº 12) e representa o valor de R\$308.027 em 30 de setembro de 2017, devido aos aportes realizados à investida no terceiro trimestre.

A Administração da TPI está pautando o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização está sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
Disponibilidades	42	9	69.553	65.938
Aplicações financeiras	-	341	-	3.843
	42	350	69.553	69.781

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/09/17	31/12/16
Caixa Restrito	3.835	-
	3.835	-

Os recursos financeiros dados em garantia de operações de empréstimos, não disponíveis para movimentação, são registrados como caixa restrito.

Notas Explicativas

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 44 parcelas mensais e sucessivas, de 26 de julho de 2017 a 26 de fevereiro de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

Serão bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, sendo liberados os valores excedentes.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/09/17	31/12/16
Transbrasiliana	8.374	8.318
Econorte	38.849	19.922
NTL	-	6.635
	47.223	34.875
Parcela do circulante	47.146	28.163
Parcela do não circulante	77	6.712

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada NTL possuía aplicação financeira vinculada referente a créditos de AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, que foram utilizados para amortizar seu empréstimo junto ao BNDES em fevereiro de 2017.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	49.644	54.151
Uso da faixa de domínio	-	-	16.535	20.363
Outras contas a receber (i)	-	12.415	13.780	18.027
	-	12.415	79.959	92.541
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	-	-	(25.990)	(8.708)
	-	12.415	53.969	83.833
Ativo circulante	-	-	53.969	71.372
Ativo não circulante	-	12.415	-	12.461

Notas Explicativas

- (i) O saldo apresentado no comparativo da Controladora referia-se ao contrato de cessão de crédito de AFAC realizado para a Egis (sócia da Triunfo na investida Aeroportos Brasil), que foi firmado em abril de 2016 para que a Egis integralizasse capital na investida. O valor cedido foi de R\$11.250, sendo atualizado a 100% do CDI. Em 09 de agosto de 2017, a Egis notificou a Companhia sobre o exercício de sua opção de venda com relação às ações integralizadas, que constavam como garantidoras neste contrato. A opção exercida implica na quitação deste crédito em contrapartida à transferência das ações subscritas pela Egis para a TPI. O investimento que a TPI detém na Aeroportos Brasil foi baixado em junho de 2017 (conforme nota explicativa nº 3, item v) e, portanto, a Companhia também registrou a baixa desta cessão de crédito.
- (ii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$12.872), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa e repassada ao Poder Concedente no montante de R\$13.118, que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	30/09/17	31/12/16
A vencer	53.969	83.833
Vencidos há mais de 90 dias	25.990	8.708
	79.959	92.541

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/17	31/12/16
Saldo no início do exercício	(8.708)	(1.752)
Adições	(17.282)	(6.956)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	(25.990)	(8.708)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

8. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	30/09/17	31/12/16
Contas a receber de aditivos - Concepa	20.164	38.012
	20.164	38.012

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concepa recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$241.686, restando R\$38.012 a receber. De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. Caso não ocorra a liquidação financeira, o contrato aditivo prevê que o saldo restante a

Notas Explicativas

receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	369	1.806	4.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	341	995
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.650	2.334	6.158	4.711
Programa de Integração Social – PIS	-	-	91	1.735
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	1	-	394	7.963
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	2.749	3.505
Outros	6	6	3.144	2.451
	5.657	2.709	14.683	26.313
Parcela do circulante	5.657	2.709	13.195	21.797
Parcela do não circulante	-	-	1.488	4.516

10. Impostos de renda sobre o lucro

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	30/09/17	31/12/16
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	61.812	44.893
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	54.356	39.050
Instrumentos financeiros derivativos	9.203	8.430
Provisão para contingências	5.577	4.443
Amortização de ágio	877	770
Lucros não realizados	-	7.217
Outras provisões temporárias	-	219
	70.013	60.129
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	24.660	25.472
	156.485	130.494

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$23.589), Concebra (R\$ 23.436) e Transbrasiliana (R\$14.787).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

Notas Explicativas

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2017	-
2018	43.642
2019	18.170
	<u>61.812</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/09/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	57.413	71.140
Receita de construção – Aditivos	114.257	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.583	13.754
Estorno de amortizações – ICPC 01	45.319	54.197
	<u>231.572</u>	<u>259.758</u>

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/09/17	31/12/16
Triunfo	1.518.911	631.745
	<u>1.518.911</u>	<u>631.745</u>

Os créditos fiscais sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo não são registrados por não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia transferiu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela MP 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela MP 783/17. Em razão da cessão desses créditos, foi utilizado o montante de R\$147.619 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$50.191).

Notas Explicativas

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	30/09/17				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(849.589)	(174.441)	41.775	72.584	(909.671)
À alíquota fiscal vigente (34%)	288.860	59.310	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(28.159)	-	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(123.502)	(1.228)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(19)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	19	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(87.088)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(16.878)	(9.567)	-	(26.445)
IRPJ e CSLL diferidos ⁽¹⁾	50.191	74.960	(1.007)	(812)	123.332
Total de IRPJ e CSLL	50.191	58.082	(10.574)	(812)	96.887
Alíquota efetiva		33%	25%		

⁽¹⁾ IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, constituídos no período devido à utilização dos mesmos nos programas de parcelamentos PRT e PERT (vide item c) desta nota explicativa).

	30/09/16 (Reapresentado)				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(92.888)	(79.813)	47.803	741	(124.157)
À alíquota fiscal vigente (34%)	31.582	27.136	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.288)	6.213	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.484)	2.484	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(7.185)	(111)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(16)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	18	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(15.625)	(3.163)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(28.691)	(11.308)	-	(39.999)
IRPJ e CSLL diferidos	-	61.252	-	(772)	60.480
Total de IRPJ e CSLL	-	32.561	(11.308)	(772)	20.481
Alíquota efetiva		0%	41%	24%	

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

Notas Explicativas

11. Transações com partes relacionadas

As concessionárias de rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Maestra e Vessel (as duas últimas extintas em 22 de agosto de 2017) para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços de engenharia. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT.

O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$37.793 e R\$47.944 (Rio Tibagi e Rio Guaíba, respectivamente), foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas. As receitas da Maestra e da Vessel não foram consolidadas, conforme explicado na nota explicativa nº 12.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia.

Notas Explicativas

Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/09/16)
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Concepa	-	-	-	6	-	-
Portonave	15.231	-	-	20.031	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	19.106	(1.936)	-	18.054	(2.033)
Portonave (v)	-	564	(38)	-	522	(48)
Concepa (xii)	-	114.120	(11.201)	-	101.721	(4.653)
Rio Guaíba (xiii)	-	-	(34)	-	1.201	(38)
Rio Parnaíba	-	-	-	-	-	(1.758)
Outros:						
Concepa	-	-	-	-	-	-
Rio Guaíba	-	-	-	-	290	-
Portonave (xv)	-	13.699	-	-	12.773	(12.306)
Outros	-	7.931	-	-	24	-
Total do circulante	15.232	155.420	(13.209)	21.246	134.585	(20.836)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	7.989	101.221	-	11.350
Vetorial (iii)	452	-	36	411	-	40
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	-	-	-	931
Vetria Mineração (vi)	3.266	-	212	2.033	-	1.010
BR Vias Holding TBR (vii)	-	-	627	12.244	-	1.130
Transbrasiliana (viii)	-	-	3.424	66.854	-	5.166
Concebra (ix)	-	-	-	-	-	1.841
Concepa (x)	-	-	-	-	-	23
Vessel (xi)	-	-	-	-	-	1.204
Rio Claro (xvi)	29.450	-	1.848	25.843	-	-
Vênus (xvii)	-	768.808	(92.070)	-	676.738	-
Concer (xviii)	220	-	21	-	-	-
Outros:						
Maestra	6	-	-	1.404	-	298
Econorte	476	-	2.826	208	-	2.020
Rio Tibagi (xix)	2.882	-	706	1.223	-	690
Rio Guaíba	238	-	34	-	-	565
Concepa (xix)	17.652	-	362	2.353	-	3.322
Concer (xix)	22.097	-	3.890	5.554	-	-
Concebra (xix)	30.750	-	-	7.787	-	9.204
Transbrasiliana (xix)	22.640	-	-	6.376	-	3.446
Juno (xiv)	19.381	-	-	19.473	-	1.014
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	660	-	738	1.130	-	670
Total do não circulante	159.729	768.808	(69.357)	263.673	676.738	43.924
Total	174.961	924.228	(82.566)	284.919	811.323	23.088

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.
- (vii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

- (xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiv) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (xv) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.
- (xvi) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xvii) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à TPI com as mesmas taxas e condições estabelecidas na Escritura original (vide detalhes na nota explicativa nº 16 - Debêntures).
- (xviii) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xix) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa nº 10 c).

	Consolidado					
	30/09/17			31/12/16		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/09/16)
Dividendos a receber:						
Portonave	22.846	-	-	28.839	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Tijóá	-	-	-	93	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Econorte) (i)	-	-	-	-	673	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	-	-	-	-	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	31.202	-	-	-	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	13.019	-	-	3.984	-
Mútuos financeiros:	-					
Portonave (vi)	-	564	(38)	-	522	(48)
Outros:						
Portonave (viii)	-	13.699	-	-	12.773	-
Outros	-	5.661	-	-	55	-
Total do circulante	22.846	64.145	(38)	30.140	18.007	(48)
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	145	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	452	-	36	411	-	40
Aeroportos Brasil (v)	-	-	-	-	-	931
Vetria (vii)	3.266	-	212	2.033	-	1.010
Outros:						
Vetria (iii)	20.350	-	-	20.305	-	-
Outros	1.845	-	323	1.148	-	-
Total do não circulante	26.058	-	571	23.897	-	1.981
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
Compasa (Econorte) (iv)	-	-	-	14.828	-	11.401
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	-	55.249	-	51.857
Compasa (Concer) (iv)	-	-	-	-	-	1.136
CTSA (Concebra) (iv)	85.623	-	-	78.892	-	-
Total de imobilizado/intangível	85.623	-	-	148.969	-	64.394
Total	134.527	64.145	533	203.006	18.007	66.327

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Contas a receber da controlada TPI-Log com a controlada em conjunto Vetria, referente a despesas e estudos pagos pela Companhia.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

- (vii) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.

12. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou um plano de alienação de ativos. Com este plano, espera-se no curto prazo gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda. A alienação da Portonave foi concluída em 26 de outubro de 2017, vide nota explicativa nº 31. A controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixada para perda em 30 de junho de 2017, conforme nota explicativa nº 3 v).

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia vem classificando seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

Operações descontinuadas

Ainda como parte do plano de reestruturação financeira da Companhia, em junho de 2017 a Administração da Companhia decidiu encerrar as atividades e extinguir as controladas Maestra, NTL e Vessel.

Em 22 de agosto de 2017, as referidas empresas foram extintas e portanto os saldos referentes a essas investidas foram baixados e/ou realizados. O efeito da baixa das empresas no resultado do período foi uma perda de R\$292.156, apresentada na rubrica de Outras despesas (receitas) não recorrentes, devido à realização de lucros não realizados e de ágios gerados no aumento de participação. Até a data da baixa, os resultados de equivalência patrimonial das controladas estavam sendo apresentados como resultados de operações descontinuadas.

Notas Explicativas**a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas**

	Consolidado						Participações a comercializar e operações descontinuadas em 30/09/17	Participações a comercializar em 31/12/16
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outros (i)	Ágio gerado na aquisição	Baixa aeroporto (ii)		
Aeroportos Brasil	538.898	48,12%	259.318	45.165	-	(304.483)	-	340.967
Portonave	671.814	50,00%	335.907	-	78.449	-	414.356	415.233
Tijoa	25.907	50,10%	12.979	-	6.452	-	19.431	14.414
CSE	5.891	50,10%	2.951	-	-	-	2.951	2.502
Investimentos destinados à venda	1.242.510		611.155	45.165	84.901	(304.483)	436.738	773.116
Vetria	149.935	15,79%	23.675	(2.763)	-	-	20.912	21.122
Participações a comercializar e operações descontinuadas (ativo)	1.392.445		634.830	42.402	84.901	(304.483)	457.650	794.238

(i) Outros valores que compõem os investimentos:

- As investidas Aeroportos Brasil e Vetria apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e/ou na integralização de capital.

(ii) Baixa do saldo do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, classificado anteriormente como ativos a comercializar, decorrente do reconhecimento de perda sobre este ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 3 v).

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício consolidada, separadamente dos resultados das operações em continuidade. Os resultados de equivalência patrimonial do terceiro trimestre de 2016 referentes aos investimentos destinados à venda e aos investimentos descontinuados foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Resultado de operações descontinuadas (controladora e consolidado)	
	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
Aeroportos Brasil	(36.605)	(33.572)
Portonave	39.692	19.323
Tijoa	5.018	4.712
CSE	449	216
Vetria	(124)	(228)
Maestra	(4.940)	(9.233)
Vessel	(15.570)	(9.809)
NTL	(8.837)	(3.018)
	(20.917)	(31.609)

Notas Explicativas**b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas**

Os principais saldos de ativos, passivos e das contas de resultado de 30 de setembro de 2017 dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas estão demonstrados a seguir.

	<u>Aeroportos Brasil (i)</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos (iii)</u>	<u>Viracopos Estacionamentos (ii)</u>	<u>CSE</u>	<u>Tijóá</u>
Caixa e equivalente de caixa	6	281.111	8.340	5.024	16.669
Demais contas ativo circulante	48	157.403	495	3.250	20.903
Ativo não circulante	334.863	6.257.141	68	1.352	39.420
Total do ativo	334.917	6.695.655	8.903	9.626	76.992
Empréstimos e financiamentos - circulante	114.145	400.797	-	-	-
Debêntures –circulante	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	1.400	538.204	6.389	3.735	21.751
Empréstimos e financiamentos – não circulante	35.299	2.308.845	-	-	-
Debêntures – não circulante	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	40	2.808.017	2.744	-	29.334
Patrimônio líquido	184.033	639.792	(230)	5.891	25.907
Total do passivo e PL	334.917	6.695.655	8.903	9.626	76.992
Receita operacional líquida	-	428.040	5	12.533	82.008
Custo dos serviços prestados	-	(256.351)	(627)	(10.217)	(64.750)
Depreciação	-	(629)	(5)	(380)	(123)
Amortização	-	(85.374)	(6)	-	-
Lucro bruto	-	85.686	(633)	1.936	17.135
Despesas operacionais líquidas	(987)	(38.593)	-	(831)	(2.468)
Depreciação	-	(260)	-	-	(117)
Amortização	-	(301)	-	-	(243)
Resultado de equivalência patrimonial	(412.995)	(1.141)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(967.689)	4	-	(83)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(413.982)	(922.298)	(629)	1.105	14.224
Receitas financeiras	-	20.229	636	262	1.446
Despesas financeiras	(16.952)	(324.243)	(970)	(33)	(703)
Variação cambial líquida	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(16.952)	(304.014)	(334)	229	743
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(430.934)	(1.226.312)	(963)	1.334	14.967
IR/CSLL					
Correntes	-	-	(33)	(300)	(4.952)
Diferidos	(3.546)	416.516	(145)	(136)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(434.480)	(809.796)	(1.141)	898	10.015

Notas Explicativas

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport (iii)</u>	<u>Teconnave (iii)</u>	<u>Vetria</u>	<u>TPB (iv)</u>
Caixa e equivalente de caixa	63.139	696	4	1.078	-
Demais contas ativo circulante	70.054	5.253	4	304.670	-
Ativo não circulante	1.359.162	988	-	-	70.852
Total do ativo	1.492.355	6.937	8	305.748	70.852
Empréstimos e financiamentos – circulante	-	-	-	77.821	-
Debêntures –circulante	121.596	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	78.491	3.349	-	77.992	41
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	-
Debêntures – não circulante	315.466	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	304.987	12.286	664	-	-
Patrimônio líquido	671.815	(8.698)	(656)	149.935	70.811
Total do passivo e PL	1.492.355	6.937	8	305.748	70.852
Receita operacional líquida	363.784	21.094	-	(2)	-
Custo dos serviços prestados	(78.676)	(16.917)	-	-	-
Depreciação e amortização	(82.771)	(16)	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-
	202.337	4.161	-	(2)	-
Despesas operacionais líquidas	(25.653)	4.863	5.987	(61)	(11)
Depreciação e amortização	(7.271)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(6.029)	(6.029)	(6.029)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(629)	-	(87)	1	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	162.755	2.995	(129)	(62)	(11)
Receitas Financeiras	4.490	72	-	49	-
Despesas financeiras	(44.645)	(17)	(7)	(2.998)	-
Variação Cambial líquida	410	-	-	-	-
Resultado Financeiro líquido	(39.745)	55	(7)	(2.949)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	123.010	3.050	(136)	(3.011)	(11)
IR/CSLL					
Correntes	(51.988)	(122)	(5)	-	-
Diferidos	8.362	(8.818)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	79.384	(5.890)	(141)	(3.011)	(11)

(i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação na Aeroportos Brasil Viracopos.

(ii) A Viracopos Estacionamentos é subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos.

(iii) A Iceport e a Teconnave são subsidiárias integrais da Portonave.

(iv) A TPB é subsidiária integral da Vetria.

Notas Explicativas

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora						Investimentos permanentes em 31/12/16
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outros (i)	Participações a comercializar	Investimentos permanentes em 30/09/17	
Econorte	67.022	100,00%	67.022	-	-	67.022	65.718
Rio Tibagi	19.950	100,00%	19.950	-	-	19.950	14.343
Concepa	108.307	100,00%	108.307	-	-	108.307	120.021
Rio Guaíba	3.758	100,00%	3.758	-	-	3.758	3.805
Concer (i)	354.478	64,98%	230.340	6.504	-	236.844	260.059
Rio Bonito	12.509	62,50%	7.818	-	-	7.818	8.084
Concebra	319.443	100,00%	319.443	-	-	319.443	373.210
Convale	13.612	100,00%	13.612	(13.252)	-	360	360
TPI-Log (iv)	32.155	100,00%	32.155	-	(20.912)	11.243	32.364
Trevally	1	100,00%	1	-	-	1	1
Rio Claro	6.716	100,00%	6.716	-	-	6.716	10.231
Dable (ii)	93.602	100,00%	93.602	-	-	93.602	2.359
NTL (v)	-	100,00%	-	-	-	-	2.010
Vênus	6.681	100,00%	6.681	-	-	6.681	7.086
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	-	134	133
Santa Cruz	20.794	100,00%	20.794	-	-	20.794	20.792
Terlip	2.375	100,00%	2.375	-	-	2.375	2.375
Taboca	4.263	100,00%	4.263	-	-	4.263	4.263
Tucano	8.892	100,00%	8.892	-	-	8.892	8.892
Retirinho	2.674	100,00%	2.674	-	-	2.674	2.674
Guariroba	2.864	100,00%	2.864	-	-	2.864	2.864
Estrela	2.755	100,00%	2.755	-	-	2.755	2.755
Mercurio	1	100,00%	1	-	-	1	1
Minerva	1	100,00%	1	-	-	1	1
Netuno	1	100,00%	1	-	-	1	1
Total Investimentos	1.082.985		954.109	(6.698)	(20.912)	926.499	944.402
Juno (iii)	3.002	100%	3.002	-	(22.382)	(19.380)	(19.380)
NTL (v)	-	100%	-	-	-	-	-
Rio Paraíba	(311)	100%	(311)	-	-	(311)	(311)
Ecovale (i)	-	52,5%	-	(48)	-	(48)	(48)
Vessel (v)	-	100%	-	-	-	-	(32.554)
Maestra(v)	-	100%	-	-	-	-	(116.155)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	2.691		2.691	(48)	(22.382)	(19.739)	(168.448)
Total Investimentos Líquido	1.085.676		956.800	(6.746)	(43.294)	906.760	775.954

(i) As controladas apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(ii) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.

(iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão apresentados em Participações a comercializar – nota explicativa nº11.

(iv) A TPI-Log possui 15,79% de participação na Vetria, que encontra-se em operações descontinuadas – nota explicativa nº 12.

(v) Investimentos descontinuados e extintos em 22 de agosto de 2017 – vide nota explicativa nº 12

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	30/09/2016 (Reapresentado)
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Terlip (i)	-	-	-	(267)
Total Investimentos em controladas	-	-	-	(267)
Ecovale	(48)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-	(48)	-

- (i) A TPI passou a deter o controle da controlada Terlip em dezembro de 2016 e, portanto, a investida passou a ser consolidada pela Companhia.

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/16	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferências (*)	Investimentos permanentes em 30/09/17	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/16 (Reapresentado)
Econorte	65.718	-	1.304	-	-	67.022	(6.064)
Rio Tibagi	14.343	-	9.866	(4.259)	-	19.950	14.228
Concepa	120.021	3.479	(15.193)	-	-	108.307	10.439
Rio Guaíba	3.805	-	25.288	(25.335)	-	3.758	24.378
Concer	260.059	1.327	(24.542)	-	-	236.844	(18.384)
Rio Bonito	8.084	-	(266)	-	-	7.818	(564)
Concebra	373.210	2.500	(56.267)	-	-	319.443	(5.988)
Rio Parnaíba	-	-	-	-	-	-	983
Triunfo Convale	360	68	(68)	-	-	360	(513)
Rio Paraíba	(311)	-	-	-	-	(311)	92
Ecovale	(48)	-	-	-	-	(48)	-
Tpi-Log (i)	32.364	26	(111)	-	(21.036)	11.243	(32)
Trevally	1	-	-	-	-	1	(3)
Rio Claro	10.231	12	(3.527)	-	-	6.716	(1.207)
FIP Constantinopla	-	-	-	-	-	-	(789)
Vessel (iii)	(32.554)	-	-	-	32.554	-	-
Maestra (iii)	(116.155)	-	-	-	116.155	-	-
NTL (iii)	2.010	-	-	-	(2.010)	-	-
ATT	133	1	-	-	-	134	-
Juno	(19.380)	1	(1)	-	-	(19.380)	(999)
Santa Cruz	20.792	12	(10)	-	-	20.794	(15)
Terlip	2.375	22	(22)	-	-	2.375	(267)
Taboca	4.263	8	(8)	-	-	4.263	(59)
Dable (iv)	2.359	23.235	(13.153)	-	81.161	93.602	(33.326)
Tucano	8.892	78	(78)	-	-	8.892	(148)
Retirinho	2.674	15	(15)	-	-	2.674	(58)
Guariroba	2.864	83	(83)	-	-	2.864	(139)
Estrela	2.755	15	(15)	-	-	2.755	(38)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-
Vênus (ii)	7.086	36	(5.915)	(3.334)	8.808	6.681	(6)
Minerva	1	-	-	-	-	1	(6)
Netuno	1	1	(1)	-	-	1	(5)
Mercurio	1	5	(5)	-	-	1	(6)
Total	775.954	30.924	(82.822)	(32.928)	215.632	906.760	(18.496)

(*) Transferências:

- (i) Saldo do investimento Vetria na TPI-Log transferido para Participações a comercializar e operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 12.
- (ii) Transferência do saldo de dividendos distribuído pela Portonave à Vênus para Participações a comercializar, vide nota explicativa nº 12.
- (iii) Transferência dos saldos de investimento para a rubrica de operações descontinuadas, com extinção das operações em 22 de agosto de 2017, vide notas explicativas nº 2.6 e 12.
- (iv) Foi realizado aumento de capital na investida Dable com direitos creditórios referentes aos mútuos que a Companhia detinha com a BRVias Holding e com a Transbrasiliana.

Notas Explicativas**c) Informações sobre os saldos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em 30 de setembro de 2017**

<u>Controlada</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Econorte	63.276	341.539	139.900	197.893	67.022	1.304
Rio Tibagi	6.943	18.809	5.363	439	19.950	9.866
Concepa	149.020	1.436	34.980	7.169	108.307	(15.193)
Rio Guaíba	5.468	1.888	3.598	-	3.758	25.288
Concer	28.183	1.301.151	454.195	520.661	354.478	(37.768)
Rio Bonito	11.311	1.295	77	20	12.509	(426)
Convale	50	13.563	1	-	13.612	(68)
Rio Paraíba	-	-	311	-	(311)	-
Concebra	39.236	1.536.270	942.398	313.665	319.443	(56.267)
Dable	81.162	12.440	-	-	93.602	(13.153)
BRVias Holding	1.493	123.863	25.447	55.530	44.379	(14.204)
Transbrasiliana	20.265	572.605	279.938	189.069	123.863	(8.435)
TPI - Log	21.416	20.298	9.559	-	32.155	(235)
Santa Cruz	2	20.792	-	-	20.794	(10)
Rio Claro	27.559	9.008	29.851	-	6.716	(3.527)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(78)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(15)
Guariroba	-	2.864	-	-	2.864	(83)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(15)
Taboca	-	4.263	-	-	4.263	(8)
Juno	22.383	-	19.381	-	3.002	5.466
ATTT	-	131	-	-	131	-
Venus	14.283	768.808	-	776.410	6.681	(454)
Mercurio	1	-	-	-	1	-
Netuno	1	-	-	-	1	(5)
Minerva	1	-	-	-	1	(1)
Trevally	1	-	-	-	1	-
Terlip	9	2.366	-	-	2.375	(22)

d) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	
	<u>30/09/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>30/09/17</u>	<u>30/09/16</u>
Controladora	459.199	975.591	(820.315)	(124.497)
Participação de acionistas não controladores	122.324	135.710	(13.386)	(10.788)
Consolidado	581.523	1.111.301	(833.701)	(135.285)

Notas Explicativas

14. Imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros
Custo							
Saldo em 31/12/2016	36.608	21.312	7.318	2.003	4.679	27.851	973
Construções / Aquisições	-	-	137	52	53	363	229
Baixas	-	-	(755)	(31)	(58)	(1.392)	(1)
Transferência de investimento (i)	-	(41)	(191)	(75)	(160)	(13.525)	(45)
Saldo em 30/09/2017	36.608	21.271	6.509	1.949	4.514	13.297	1.156
Depreciação							
Saldo em 31/12/2016	-	(5.029)	(4.006)	(1.273)	(3.431)	(13.405)	(198)
Depreciação	-	(595)	(424)	(200)	(297)	(1.437)	(45)
Baixas	-	-	323	17	70	673	-
Transferência de investimento (i)	-	27	6	37	33	3.472	31
Saldo em 30/09/2017	-	(5.597)	(4.101)	(1.419)	(3.625)	(10.697)	(212)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2016	36.608	16.283	3.312	730	1.248	14.446	775
Saldo em 30/09/2017	36.608	15.674	2.408	530	889	2.600	944
Taxas de depreciação média	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%

(i) Refere-se aos saldos de imobilizado de dezembro de 2016 das empresas Maestra, NTL e Vessel, que não são mais investimentos consolidados, devido à extinção das mesmas, conforme notas explicativas nº 2.6 e 12.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

15. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Notas Explicativas

Controladora							
Custo	Ágio na aquisição				Desenvolvimento de projetos (iii)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (ii)			
Saldo em 31/12/2016	41.476	114	267	4.028	31.512	1.669	79.066
Adições	-	-	-	-	3.675	24	3.699
Baixas	-	(114)	(267)	(4.028)	(34.884)	-	(39.293)
Saldo em 30/09/2017	41.476	-	-	-	303	1.693	43.472
Amortização							
Saldo em 31/12/2016	(29.989)	-	(248)	(2.544)	(732)	(888)	(34.401)
Amortização	(1.766)	-	(19)	(1.484)	(110)	(190)	(3.569)
Baixas	-	-	267	4.028	842	-	5.137
Saldo em 30/09/2017	(31.755)	-	-	-	-	(1.078)	(32.833)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2016	11.487	114	19	1.484	30.780	781	44.665
Saldo em 30/09/2017	9.721	-	-	-	303	615	10.639
Taxas de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	20%	

Consolidado							
Custo	Ágio na aquisição						Total
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (iv)	da Transbrasiliana (v)	Projetos de atividades portuárias (vi)	Projetos/Estudos de PCHs (vii)	Outros Intangíveis	
Saldo em 31/12/2016	79.066	5.566.610	17.738	2.561	9.902	403	5.676.280
Adições	3.699	250.829	-	-	-	-	254.528
Baixas	(39.293)	(1.021)	-	-	-	(17)	(40.331)
Baixa de investimento (viii)	-	-	-	-	-	(61)	(61)
Saldo em 30/09/2017	43.472	5.816.418	17.738	2.561	9.902	325	5.890.416
Amortização							
Saldo em 31/12/2016	(34.401)	(2.008.883)	(1.284)	-	-	(209)	(2.044.777)
Amortização	(3.569)	(235.065)	(524)	-	-	-	(239.158)
Amortização - mais valia	-	(35.663)	-	-	-	-	(35.663)
Baixas	5.137	731	-	-	-	-	5.868
Baixa de investimento (viii)	-	11	-	-	-	-	11
Saldo em 30/09/2017	(32.833)	(2.278.869)	(1.808)	-	-	(209)	(2.313.719)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2016	44.665	3.557.727	16.454	2.561	9.902	194	3.631.503
Saldo em 30/09/2017	10.639	3.537.549	15.930	2.561	9.902	116	3.576.697

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iii) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário, geração de energia e aeroportos. A amortização alocada em Desenvolvimento de Projetos refere-se aos gastos com estudos desenvolvidos para o Leilão de Aeroportos da ANAC de 2012, que estavam sendo amortizados até junho de 2017. No segundo semestre de 2017, foram baixados saldos referentes a projetos descontinuados pela Companhia e projetos que não tinham expectativa de benefícios econômicos futuros.
- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (viii) Refere-se aos saldos de imobilizado de dezembro de 2016 das empresas Maestra, NTL e Vessel, que não são mais investimentos consolidados, conforme nota explicativa nº 12.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2017 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos na última reavaliação realizada.

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de empréstimos	Garantias	Taxa de juros	30/09/17	31/12/16
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	1.489	4.840
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a.	11.187	12.476
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	-	2.235
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 4,907% a.a.	29.857	28.325
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	22.267	19.923
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,8% a.a.	13.858	-
Fiança bancária - China Construction Bank	Não há	CDI + 8% a.a.	1.361	-
Fiança bancária - Santander	Não há	CDI + 1% a.a.	591	-
Concepa:				
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia e cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	-	27.745
Cédula de crédito bancário - Santander	Não há	130% do CDI	-	16.277
Cédula de crédito bancário - BBM	Aval da Companhia e Rio Guaíba e cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	-	31.205
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia	8,0% a.a.	859	1.832
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	8.780	7.816
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	1.396	2.082
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval proporcional da Companhia	CDI + 7,50% a.a.	7.983	6.992
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas Promissórias	1,70%a.a.- 8,50%a.a.	553	1.018
FINAME - Banco ABC do Brasil	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas Promissórias	6,0% a.a.	-	209
Crédito Bancário – Banco ABC	Não há	CDI + 4,9% a.a.	39.587	37.535
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia	CDI + 6,5% a.a.	52.797	48.356
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia	TJLP + 4,25% a.a.	230.106	193.487
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia	CDI + 7,0% a.a.	13.306	12.282
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia	CDI + 8,3% a.a.	9.308	8.355
Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária dos bens financiados	8,89% a.a.	-	20
Crédito Direto ao Consumidor - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados e notas promissórias	24,60% a.a.	36	138
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	15.000	1.200
Vessel:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados e aval da Companhia	14,98% a.a.	-	132
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados e aval da Companhia	7,5% a.a.	-	4.651
Concebra:				
Empréstimo Ponte – BNDES	Fiança da Companhia	TJLP + 2% a.a.	740.223	824.990
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia	CDI + 2,5% a.a.	28.797	30.622
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	129	592
FINAME – BNDES (Vessel)	Alienação fiduciária dos bens financiados	7,5% a.a.	3.154	-
Fiança Bancária – Banco do Brasil	Aval da Companhia, alienação fiduciária de ações da Concebra e cessão de recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	103.879	-
Fiança Bancária – BDMG	Aval da Companhia, alienação fiduciária de ações da Concebra e cessão de recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	62.232	-
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	24	53
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária e aval da Companhia	7,2% a.a. - 11,7% a.a	-	47
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	14	41
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia	14,44% a.a.	-	4
Maestra:				
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia	CDI + 5,8% a.a.	-	13.128
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Carta fiança e aval da Companhia	TJLP +4,16% a.a.	-	12.335
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Penhor das ações e cessão fiduciária dos direitos creditórios	TJLP + 2,91% a.a.	174.569	186.269
Finame – BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,50% a.a.	2	6
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia	CDI + 5,8% a.a.	27.186	25.167
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	338	616
Arrendamento Mercantil – HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	11,26% a.a.	499	1.094
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Ações Tijoá e aval da Companhia	CDI + 7,0% a.a.	94.826	82.888
Arrendamento Mercantil - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,10% a.a.	190	-
Finame - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados e notas promissórias	16,71% a.a.	225	-
Cédula de crédito bancário - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados	27,78% a.a.	79	-
			1.696.686	1.646.983
Parcela do circulante			1.410.620	1.421.838
Parcela do não circulante			286.067	225.145

Notas Explicativas

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2017 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	2.701	51.965
2019	3.679	130.036
2020	2.235	27.924
2021	2.235	17.863
A partir de 2022	570	58.279
	<u>11.420</u>	<u>286.067</u>

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 30 de setembro de 2017, algumas cláusulas restritivas dos contratos da Companhia e de suas controladas não foram cumpridas, principalmente em relação ao pagamento das dívidas dentro do prazo de vencimento. No entanto, as dívidas vencidas estão contempladas nos planos de reestruturação financeira (Planos de Recuperação Extrajudicial, veja abaixo) e terão novas tratativas a partir de sua implementação.

Adicionalmente, os financiamentos das controladas Concer e Concebra com o BNDES também encontram-se vencidos e as mesmas tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor. A exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar que nenhum efeito contábil seria registrado, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas.

No dia 22 de julho de 2017, a Companhia apresentou em Juízo, juntamente com suas controladas referidas acima, um pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial. O processo recebeu o nº 1071904-64.2017.8.26.0100 e está tramitando perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo/SP.

No dia 25 de julho de 2017, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo/SP deferiu o processamento da Recuperação Extrajudicial e determinou a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

Notas Explicativas

A reestruturação que se pretende ver implementada está disciplinada na forma de dois Planos de Recuperação Extrajudicial: o Plano apresentado conjuntamente pela TPI e suas controladas Dable, Maestra, NTL e Vessel-Log e o Plano apresentado pela controlada Concer.

Os recursos decorrentes do desinvestimento de ativos, conforme nota explicativa nº 12, serão utilizados para a redução do endividamento da Companhia e de suas controladas, sendo parte dessa estratégia o plano estruturado de recuperação extrajudicial anunciado. O acordo para amortização de dívidas com credores e o anúncio de pedido de homologação de recuperação extrajudicial da Concer, TPI e subsidiárias Vessel, NTL, Maestra e Dable está em linha com essa estratégia, que busca a melhor solução diante do cenário da Companhia para seu endividamento e para sustentabilidade de seus negócios.

17. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Saldos em	
										30/09/2017	31/12/2016
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	Abril/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	196.225	212.617
Vessel-log / Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	Março/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	42.711	38.159
Concer (iii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	Fevereiro/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	142.658	167.092
BRVias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	66.131	73.329
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	23/11/2016	Janeiro / 2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5% + variação cambial	23,64%	776.410	678.461
					1.282.300	(25.728)	1.256.572			1.224.135	1.169.658
									Circulante	258.396	222.634
									Não circulante	965.739	947.024

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 26c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas informações trimestrais foi aplicado *Hedge Accounting*, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representam o montante de R\$3.700 (R\$4.800 em 31 de dezembro de 2016), e o ajuste a valor justo, também apresentado compo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.816 em 30 de setembro de 2017 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu os passivos anteriormente atribuídos à investida, mantendo vigentes todos os termos e condições iniciais. As debêntures encontram-se vencidas, porém esta dívida está inserida no Plano de Recuperação Extrajudicial solicitado pela Companhia.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.993 e R\$3.950 em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respectivamente. Não houve pagamento das notas promissórias da Concer em janeiro de 2017, ensejando o vencimento antecipado das debêntures da controlada. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, com remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. durante o período, incluindo ainda variação cambial e prêmio a ser pago no vencimento. A emissão possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave, subordinada aos atuais debenturistas do ativo. A 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de novembro de 2017, devido à conclusão da alienação da Portonave (vide nota explicativa nº 31). O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio, vide maiores detalhes dos derivativos na nota explicativa nº 26. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$5.737 em 30 de setembro de 2017 (R\$7.061 em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, exceto pelo mencionado nos itens ii) e iii) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

Notas Explicativas

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2017, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2018	24.105
2019	91.041
2020	58.189
2021	792.404
	<u>965.739</u>

18. Notas Promissórias

Emissora	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	30/09/2017	31/12/2016
Concer	14/07/2016	Fevereiro/2021	210.000	CDI + 2,00%	185.307	216.993
Circulante					185.307	216.993

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. Em 16 de janeiro de 2017 foi declarado o vencimento das Notas Promissórias da Concer. A controlada assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

19. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado				Total
	Econorte	Concebra	Concer	Transbrasiliana	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	36.993	139.387	598	1.484	178.462
Constituição da provisão para manutenção	10.889	21.556	-	100	32.545
Efeito do valor presente sobre a constituição	3.867	13.771	-	112	17.750
Realização da manutenção	(4.369)	-	-	-	(4.369)
Ajuste a valor presente - realizações	(2.391)	-	-	-	(2.391)
Saldos em 30 de setembro de 2017	44.989	174.714	598	1.696	221.997
Circulante	33.194	-	598	-	33.792
Não circulante	11.795	174.714	-	1.696	188.205

Notas Explicativas

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	1.566	4.977
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	4.081	11.606
Imposto de Renda Retido na Fonte	502	511	3.950	3.824
Cofins	61	614	6.375	39.229
PIS	10	100	1.377	7.172
INSS	-	-	646	9.399
Imposto Sobre Serviços	-	1	26.381	31.993
Imposto sobre Operações Financeiras	194	633	343	7.231
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	42	-	462	2.160
ICMS	-	-	-	9.007
Programa de Regularização Tributária - PRT	-	-	7.075	-
Programa especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	782	-
Outros impostos e contribuições	-	125	8.327	7.193
	809	1.984	61.365	133.791
Parcela do circulante	809	1.984	55.257	106.867
Parcela do não circulante	-	-	6.108	26.924

(¹) Algumas controladas fizeram adesão aos programas de parcelamento PRT e PERT, abatendo de 76% a 92,5% dos débitos tributários com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI, conforme previsto pelas Medidas Provisórias 766/17 e 783/17, respectivamente. Vide nota explicativa nº 10 c).

21. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/16	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/17
Processos cíveis	2.506	1.281	(1.153)	(256)	2.378
Processos tributários	381	1.514	(1.000)	-	895
Processos trabalhistas	2.020	2.435	(585)	(322)	3.548
Total provisão	4.907	5.230	(2.738)	(578)	6.821

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

A Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$196.775 e R\$133.781 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Notas Explicativas

22. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de setembro de 2017 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado.

O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações.

Até 30 de setembro de 2017 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada em conjunto Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	30/09/2017	30/09/2016
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(820.315)	(124.497)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	173.703.300
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(2.000.000)	(2.000.000)
Resultado por ação – básico	(4,72786)	(0,71672)
Resultado por ação – diluído	(4,72786)	(0,71672)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(4,60731)	(0,28729)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	(0,12055)	(0,11046)

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de setembro de 2017, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	30/09/2017	30/09/2016
Prejuízo líquido	(820.315)	(124.497)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	15.164	13.651
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	18.640	19.225
Base antes da constituição da reserva legal	(786.511)	(91.621)
(-) Constituição da Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de dividendos	(786.511)	(91.621)

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

23. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	974.521	939.494
Construção de ativos das concessões de rodovia	223.887	279.692
Receitas acessórias	16.432	11.417
	1.214.840	1.230.603
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(84.717)	(83.766)
	1.130.123	1.146.837

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

Diferente disso, no aditivo contratual da controlada Concer, está previsto remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção do aditivo contratual.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Notas Explicativas

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros, como por exemplo instalação de redes de comunicação e publicidade.

24. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	84.353	3.000	-	89.691	-	187.044
Concer	18.842	103.331	43.742	-	17.310	10.000	193.225
Concepa	4.000	115.185	3.907	-	29.110	6.400	158.602
Concebra	10.000	20.000	10000	-	428.589	2.683	471.272
Portonave	-	-	-	-	-	-	0
Aeroportos Brasil - Viracopos	20.000	2.425.184	-	-	406.942	1.300	2.853.426
Tijóá	20.000	653.000	-	-	-	-	673.000
Transbrasiliana	10.000	865.446	18.500	-	58.582	367	952.895
Vetria	-	-	-	-	50.414	-	50.414
TPI	-	-	-	40.000	-	7.000	47.000
Total R\$	92.842	4.266.499	79.149	40.000	1.080.638	27.750	5.586.878
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	-	-	-	-	-	500.000

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

25. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.288. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	30/09/16	30/09/17	30/09/16 (Reapresentado)
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	4.290	4.255	11.625	11.293
Encargos sociais	858	2.082	1.650	3.799
Benefícios diretos e indiretos	165	249	947	689
Participações nos resultados	1.943	2.756	3.937	3.729
	7.256	9.342	18.159	19.510

Notas Explicativas

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	30/09/16	30/09/17	30/09/16 (Reapresentado)
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	-	4.311	2.840	9.771
Instrumentos derivativos	-	-	2.327	8.687
Juros recebidos	-	356	1.501	2.346
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	14.157	22.695	8.157	13.573
Outros juros e descontos obtidos	12.339	10.275	1.879	2.318
	26.496	37.637	16.704	36.695
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	(44.851)	(39.360)	(127.579)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(29.602)	(50.064)	(273.338)	(240.484)
Outros juros, multas e atualizações	(1.576)	(7.900)	(32.438)	(37.846)
Instrumentos derivativos	-	-	(2.369)	(11.593)
Valor justo debêntures	(92.070)	-	(97.353)	(3.245)
Impostos sobre operações financeiras	(1.373)	(2.883)	(2.425)	(3.373)
	(124.621)	(105.698)	(447.283)	(424.120)
Resultado financeiro	(98.125)	(68.061)	(430.579)	(387.425)

27. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	47.223	34.875	47.223	34.875
Total	47.223	34.875	47.223	34.875
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.696.687	1.646.983	1.696.687	1.646.983
Debêntures	1.224.135	1.169.658	1.224.135	1.169.658
Notas Promissórias	185.308	216.993	185.308	216.993
Dividendos	46.036	41.543	46.036	41.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.209	23.662	25.209	23.662
Total	3.177.375	3.098.839	3.177.375	3.098.839

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Econorte, que é objeto de derivativo, é mensurada a valor justo.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de setembro de 2017		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo			
Debênture (Econorte)	-	196.225	-
Derivativo (swap)	-	25.209	-
Debêntures (Vênus)	-	-	768.808
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debênture (Econorte)		196.225	
Derivativo (swap)	-	25.209	-
Debêntures (Vênus)	-	-	768.808

c) Instrumentos financeiros derivativos

• Econorte:

Em 30 de setembro de 2017, a controlada Econorte mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte. O contrato de swap prevê que a Econorte transfira o risco de CDI + 1,90% a.a. (taxa original da emissão) para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

Notas Explicativas

A Econorte implementou Hedge de valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi imaterial.

A Econorte mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ganho/Perda instrumentos derivativos	(27.118)	(24.891)
Marcação a mercado derivativos	1.909	1.229
Total instrumentos financeiros derivativos	(25.209)	(23.662)
Passivo Circulante	(6.476)	(10)
Passivo Não circulante	(18.733)	(23.652)
	(25.209)	(23.662)

Ajuste a valor justo debêntures

	30/09/2017	31/12/2016
Ajuste valor justo das debêntures	(1.859)	(1.130)
Total ajuste valor justo debêntures	(1.859)	(1.130)
Efeito no Passivo Circulante	(6.614)	(15.830)
Efeito no Passivo Não circulante	4.755	14.700

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

Prazo	2017	2018	2019	2020	Total
Valor	(2.224)	(8.028)	(9.693)	(5.264)	(25.209)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 16, com remuneração de 13,5% a.a. nos primeiros 12 meses, 14,5% a.a. do 13º ao 24º mês e 15,5% a partir do 25º mês. A remuneração inclui ainda variação cambial caso as cotações do dólar estejam abaixo de R\$2,91 ou acima de R\$3,14, com PTAX limite de R\$3,99 do 1º ao 12º mês, R\$4,24 do 13º ao 24º mês, R\$4,45 do 25º ao 36º mês e R\$4,70 do 37º ao 48º mês.

Notas Explicativas

O prazo da dívida é 50 meses, e o vencimento ocorre integralmente em janeiro de 2021, podendo ser antecipado a qualquer momento. A 1ª série da emissão foi totalmente resgatada em 26 de novembro de 2017, conforme nota explicativa nº 31.

Adicionalmente, poderá ser pago ao debenturista um prêmio (relacionado à 2ª série da emissão), no 50º mês após a emissão da dívida (data de vencimento), o valor resultante da diferença entre a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da TPI na BMF&BOVESPA durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio.

O valor justo da debênture da controlada Vênus, foi mensurado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. O valor justo representa R\$784.991 composto por R\$588.375 referentes ao valor justo da dívida, R\$170.995 referentes às opções de câmbio e R\$25.621 referentes ao prêmio da opção de remuneração adicional.

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,00% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Econorte	CDI	2.719	2.040	1.360
Transbrasiliana	CDI	586	440	293
R\$31.782 (*)		3.305	2.480	1.653
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	7,00%	5,25%	3,50%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2017 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2017, foram

Notas Explicativas

definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2017, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos BNDES - Concebra	TJLP	51.816	64.770	77.723
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	970	1.213	1.455
China Construction Bank (FINEP)	CDI	95	119	143
Santander (FINEP - Concebra)	CDI	41	52	62
Cédula de crédito bancário BDMG - Concebra	CDI	2.016	2.520	3.024
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	CDI	7.272	9.089	10.907
Empréstimo Ponte - BMDG	CDI	4.356	5.445	6.534
Finep BNDES - Triunfo	TJLP	783	979	1.175
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	2.090	2.612	3.135
Cédula de crédito bancário Banco do Brasil - Triunfo	CDI	1.559	1.948	2.338
Cédula de crédito bancário Banco Guanabara - Concer	CDI	615	768	922
CCB Banco Pine - Concer	CDI	3.696	4.620	5.544
CCB Banco Pan - Concer	CDI	559	699	838
Notas promissórias - Concer	CDI	12.972	16.214	19.457
Cédula de crédito bancário Banco Credito Varejo - Concer	CDI	931	1.164	1.397
Empréstimo Ponte BNDES -Concer	TJLP	16.107	20.134	24.161
Cédula de crédito bancário Banco Fibra - Concer	CDI	652	814	977
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.771	3.464	4.157
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	12.220	15.275	18.330
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	-	-	-
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	1.903	2.379	2.855
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual - Transbrasiliana	CDI	6.638	8.297	9.957
Conta garantida Santander - Econorte	CDI	1.050	1.313	1.575
R\$ 1.873.010 (*)		131.111	163.888	196.666

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures - Econorte	CDI	13.736	17.170	20.604
Debêntures - Concer	CDI	9.986	12.483	14.979
Debêntures - Vessel-log	IPCA	1.602	2.002	2.402
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	2.764	3.455	4.146
R\$447.725 (*)		28.088	35.110	42.131
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	4,18%	5,23%	6,27%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	3,75%	4,69%	5,63%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2017

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Notas Explicativas

Para verificar a sensibilidade da debênture da Vênus e seus derivativos financeiros, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017, e a partir destes calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%. Foram analisados os riscos cambial, de crédito e do prêmio.

Vênus (Consolidado)

Risco	Cenário provável	Cenário II - 50%	Cenário III - 25%	Cenário IV 25%	Cenário V 50%
Risco cambial (USD) (i)	(266.276)	303.155	87.122	(263.128)	(266.381)
Risco de crédito (ii)	(55.264)	(73.760)	(30.899)	29.079	56.469
Risco da ação da TPI (iii)	22.155	16.621	9.097	(10.134)	(20.963)

- (i) Efeito da opção do câmbio no valor justo da operação. Para o cenário provável foi utilizado o câmbio projetado para 2017 de R\$3,47 divulgado pelo BACEN.
- (ii) O cenário provável representa a variação do risco de crédito da Companhia e benchmark, implícitos no valor justo da dívida em 30 de setembro de 2017.
- (iii) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da TPI para 31 de dezembro de 2017, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 58% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

Notas Explicativas

iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

v) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	64.800	67.799	1.696.687	1.646.983
Debêntures (Nota 17)	42.711	-	1.224.135	1.169.658
Notas promissórias (Nota 18)	-	-	185.308	216.993
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(42)	(350)	(69.553)	(69.781)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	-	-	(47.223)	(34.875)
Dívida líquida	107.469	67.449	2.989.354	2.928.978
Patrimônio líquido	459.199	975.591	581.523	1.111.301
Total do capital	566.668	1.043.040	3.570.877	4.040.279
Índice de alavancagem financeira - %	18,97	6,47	83,71	72,49

Notas Explicativas

28. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Triunfo Convale e Rio Paraíba;
- Administração de portos: TPI-Log e Vênus;
- Energia: Juno;
- Holding: a Companhia;
- Outros: Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva e ATTT.

As controladas Maestra, NTL e Vessel foram extintas em 22 de agosto de 2017 (vide nota explicativa nº 12). As controladas em conjunto que atuam nos segmentos portuário (Portonave) e de energia (Tijoá e CSE) não são consolidadas pela Companhia e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa nº 12). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia em 30 de junho de 2017 (vide nota explicativa nº 3 v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2017						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.130.123	-	-	-	-	-	1.130.123
Custos dos serviços prestados	(792.589)	-	-	-	-	-	(792.589)
Lucro bruto	337.534	-	-	-	-	-	337.534
Receitas (Despesas) operacionais	(146.738)	(157)	(1)	(1.088)	(751.464)	82.822	(816.626)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	190.796	(157)	(1)	(1.088)	(751.464)	82.822	(479.092)
Resultado financeiro	(323.909)	(5.879)	-	(2.666)	(98.125)	-	(430.579)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(133.113)	(6.036)	(1)	(3.754)	(849.589)	82.822	(909.671)
Imposto de renda e contribuição social	46.696	-	-	-	50.191	-	96.887
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(86.417)	(6.036)	(1)	(3.754)	(799.398)	82.822	(812.784)
Resultado de operações descontinuadas	-	5.337	5.467	-	(20.917)	(10.804)	(20.917)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(86.417)	(699)	5.466	(3.754)	(820.315)	72.018	(833.701)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	13.386	13.386
Lucro (prejuízo) líquido do período	(86.417)	(699)	5.466	(3.754)	(820.315)	85.404	(820.315)
Ativos totais por segmento	4.068.606	845.598	22.383	60.525	1.585.231	(2.047.634)	4.534.710
Passivos totais por segmento	3.076.236	785.969	19.381	29.851	1.126.032	(1.084.282)	3.953.187

Notas Explicativas

	30/09/2016 (Reapresentado)						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.146.837	-	-	-	-	-	1.146.837
Custos dos serviços prestados	(762.669)	-	-	-	-	-	(762.669)
Lucro bruto	384.168	-	-	-	-	-	384.168
Receitas (Despesas) operacionais	(110.794)	(48)	(2.995)	(464)	(24.827)	18.228	(120.900)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	273.374	(48)	(2.995)	(464)	(24.827)	18.228	263.268
Resultado financeiro	(319.363)	-	(1)	-	(68.061)	-	(387.425)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(45.989)	(48)	(2.996)	(464)	(92.888)	18.228	(124.157)
Imposto de renda e contribuição social	20.482	-	(1)	-	-	-	20.481
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(25.507)	(48)	(2.997)	(464)	(92.888)	18.228	(103.676)
Operações descontinuadas							
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	6.213	4.928	-	(31.609)	(11.141)	(31.609)
Resultado do exercício antes da participação de acionistas não controladores	(25.507)	6.165	1.931	(464)	(124.497)	7.087	(135.285)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	10.788	10.788
Lucro líquido do exercício	(25.507)	6.165	1.931	(464)	(124.497)	17.875	(124.497)
Ativos totais por segmento (em 31/12/2016)	4.109.506	855.808	17.008	60.144	2.072.794	(2.140.905)	4.974.355
Passivos totais por segmento (em 31/12/2016)	3.259.523	688.020	19.473	25.955	1.097.203	(1.227.120)	3.863.054

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

29. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2017	32.369
2018 a 2021	36.006
	<u>68.375</u>

Notas Explicativas

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da 23ª revisão do PER, aprovada em agosto de 2016. Tal índice foi de 4,71016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	30/09/17	30/09/16
Receita de construção	84.034	83.718
Custo de construção	(82.016)	(61.353)
	2.018	22.365

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão.

b) Concepa

A Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos até o final de sua concessão em julho 2017 no montante de R\$219. Em 04 de julho foi acordada a extensão do prazo de concessão em mais 12 meses, porém não há previsão de obras para este período (vide nota explicativa nº 30).

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, incluindo o período de extensão, os aluguéis mínimos futuros a pagar, em 30 de setembro de 2017 representam R\$ 490.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/17	30/09/16
Receita de construção	37.425	18.771
Custo de construção	(37.425)	(18.771)
	-	-

Notas Explicativas

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, estão previstos investimentos anuais remanescentes de acordo com o cronograma de desembolsos a seguir:

Ano	Valor
2017	13.997
2018	18.763
2019	15.357
Após 2020	274.647
	<u>322.764</u>

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/17	30/09/16
Receita de construção	<u>32.776</u>	20.597
Custo de construção	<u>(32.776)</u>	<u>(20.597)</u>
	-	-

d) Concebra

A Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2017	118.860
2018	965.528
2019	1.024.243
2020 até 2044	5.943.213
	<u>8.051.844</u>

A concessionária notificou a ANTT sobre a intenção de aderir à MP 800/2017, que permite prorrogar o prazo dos investimentos em até 14 anos, e aguarda pronunciamento da Agência para a reprogramação das obrigações contratuais.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

Notas Explicativas

	30/09/17	30/09/16
Receita de construção	60.578	120.526
Custo de construção	(59.042)	(117.471)
	1.536	3.055

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2017	8.546
2018	75.023
2019	12.157
2020	40.716
2021 até 2032	222.991
	359.433

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/17	30/09/16
Receita de construção	9.084	36.080
Custo de construção	(9.084)	(36.080)
	-	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

30. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2017 totalizaram R\$1.628 (R\$6.390 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.862 (R\$ 7.155 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.481 (R\$5.946 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.847 (R\$ 6.483 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2017 é de 1.067 participantes (1.238 participantes em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

31. Eventos subsequentes

i) Conclusão de alienação da Portonave e Liquidação da 1ª emissão de debêntures da Vênus – Triunfo e Vênus

Em 26 de outubro de 2017, foi concluída a alienação de 100% da sua participação na controlada em conjunto Portonave, diante do cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e a Terminal Investment Limited S.A. R.L. ("TIL"), conforme descrito na nota explicativa nº 1, i).

A TIL, através de sociedade controlada, realizou o pagamento de R\$1,3 bilhão (um bilhão e trezentos milhões de reais) referente à parcela de fechamento da aquisição da participação da Companhia na Portonave. O valor total da operação permanece sujeito aos ajustes futuros usuais nesse tipo de operação.

Adicionalmente, a Companhia resgatou a totalidade da 1ª série da Primeira Emissão de Debêntures conversíveis em ações da sua controlada Vênus, que possuía como alienação fiduciária as ações da Portonave e os direitos creditórios de sua venda. O montante total pago pelo resgate foi de R\$762 milhões.

ii) Recuperação Extrajudicial – Triunfo e controladas

No dia 01 de novembro de 2017 foi proferida decisão judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, a respeito do pedido de recuperação extrajudicial da Triunfo (incluindo algumas subsidiárias), bem como da sua controlada Concer.

Na referida decisão foram indeferidas todas as impugnações apresentadas pelos credores. Além disso, a decisão determina que a Companhia apresente no prazo de cinco dias úteis a relação nominal completa de todos os credores com as especificações legais de seus créditos. Os credores poderão apresentar impugnação somente com relação a esta lista, no prazo de quinze dias. Ainda, a decisão determinou a nulidade da cláusula V.8 do Plano de Recuperação Extrajudicial que estabelece a suspensão do pagamento aos credores não aderentes na hipótese da atribuição de efeito suspensivo contra a homologação do plano, até o julgamento final da eventual apelação.

Até a data de divulgação dessas informações trimestrais, o prazo de entrega das solicitações adicionais do juiz não havia encerrado.

iii) Incidente às margens do trecho administrado pela Concer

No dia 07 de novembro de 2017, houve um abatimento do solo às margens da rodovia BR-040, administrada pela Concer, que ocasionou desmoronamento de terra, em segmento próximo à cidade de Petrópolis, no quilômetro 81.

As causas ainda estão sendo apuradas e serão informadas tão logo sejam identificadas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 30 de setembro de 2017 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	20.817	11,83	-	-	20.817	11,83
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.533	0,87	-	-	1.533	0,87
Miguel Ferreira Aguiar	962	0,55	-	-	962	0,55
Wilson Piovezan	582	0,33	-	-	582	0,33
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Sandro Antônio de Lima	30	0,02	-	-	30	0,02
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	42.267	24,01	-	-	42.267	24,01
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de setembro de 2017 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de setembro de 2017						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.817.100	11,83	-	-	20.817.100	11,83
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.532.667	0,87	-	-	1.532.667	0,87
Miguel Ferreira Aguiar	962.467	0,55	-	-	962.467	0,55
Wilson Piovezan	582.467	0,33	-	-	582.467	0,33
Administradores						
Conselho de Administração	121	0,00	-	-	121	0,00
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	51.231.778	29,10	-	-	51.231.778	29,10
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de setembro de 2016						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	2.000.200	1,13	-	-	2.000.200	1,13
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	16.565	0,01	-	-	16.565	0,01
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	44.663.831	25,38	-	-	44.663.831	25,38
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1 iii), 16 e 31 ii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial ("Planos"), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer"), Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto "Recuperandas"), nos termos da Lei no 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, ainda não foram mensurados até a presente data, tendo em vista a dependência de eventos futuros e o próprio resultado da execução dos Planos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participação e Investimentos S.A. e controladas

A continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., denominadas em conjunto "controladas concessionárias", dependem de aportes de capital próprio e/ou de terceiros para honrar com as dívidas vencidas nas controladas concessionárias até 30 de setembro de 2017 e com as dívidas a vencer nos próximos 12 meses. Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia e suas controladas estão descritas na Nota Explicativa nº 1 e preveem alienação de ativos e implementação dos Planos de Recuperação Extrajudicial, conforme descrito nas Notas Explicativas nos 12, 16, 31 i) e ii). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, incluindo as Notas Explicativas nos 3 i) e 31 iii), indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas concessionárias. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas concessionárias e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os Planos de Recuperação Extrajudicial e os da Administração não atinjam os resultados esperados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Relicitação do Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 28 de julho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Como consequência, o investimento na controlada direta em conjunto Aeroportos Brasil S.A., no montante de R\$ 304.483 mil, foi integralmente baixado no resultado do período findo em 30 de junho de 2017, visto que não será mais recuperado através das operações futuras da investida, e dada a incerteza na mensuração do eventual valor indenizável. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. (Concepa) oficializou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a assinatura do 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia BR290 e BR116, cujo prazo original da concessão se encerrou em 3 de julho de 2017. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 08 de novembro de 2017 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 08 de novembro de 2017.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 08 de novembro de 2017 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 08 de novembro de 2017.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores